

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	29
-----------------	----

## CAPÍTULO 1.

A PROVA, O TESTEMUNHO E A PROVA PERICIAL. DO GÊNERO À ESPÉCIE .....	37
1. A prova pericial .....	37
1.1. A prova no direito .....	40
1.2. A prova pericial: o conhecimento técnico e o <i>expert</i> .....	53
2. O caráter testemunhal da prova pericial .....	62
2.1. O testemunho e a sua epistemologia .....	67
2.2. O reducionismo <i>versus</i> o não reducionismo .....	73
3. Alguns pressupostos epistêmicos e o raciocínio probatório .....	80
3.1. A epistemologia jurídica .....	83
3.1.1. As regras probatórias .....	84
3.1.2. As crenças justificadas individuais.....	87
3.1.3. Os efeitos das crenças judiciais.....	92
3.1.4. A verdade e o processo judicial .....	93
4. A prova pericial e a justificação testemunhal .....	95
4.1. Sobre a imparcialidade pericial .....	97
4.2. Modelos de acesso do conhecimento técnico ao processo judicial .....	101
4.3. Entre deferência e educação .....	107

## CAPÍTULO 2.

A CIENTIFICIDADE E AS PROVAS PERICIAIS. A EXPERIÊNCIA ESTADUNIDENSE.....	111
1. A ciência, a cientificidade e a prova pericial.....	111
1.1. O problema da demarcação.....	115
1.2. Um ar familiar entre as ciências.....	119
2. A experiência estadunidense.....	122
2.1. A aceitação geral na área relevante.....	123
2.2. A cientificidade da prova pericial.....	128
2.3. A Corte Suprema no caso <i>Daubert</i> .....	131
3. Os fatores <i>Daubert</i> .....	137
3.1. A submissão a prova ( <i>whether the theory or technique in question can be – and has been – tested</i> ).....	139
3.1.1. O caráter empírico.....	152
3.2. As publicações e a avaliação por pares [ <i>whether (the theory or technique) has been subjected to peer review and publication</i> ]..	155
3.2.1. O complexo mundo das publicações e sua relevância para a análise de um caso concreto. O exemplo da medicina.....	159
3.3. A margem de erro ( <i>its known or potential error rate, and the existence and maintenance of standards controlling its operation</i> ).....	167
3.3.1. Margens de erro e fontes de erro.....	171
3.4. Uma ampla aceitação da comunidade científica ( <i>whether it has attracted widespread acceptance within a relevant scientific community</i> ).....	179
3.4.1. Que tipo de informação as comunidades <i>expert</i> poderiam oferecer?.....	183
3.5. Um quinto fator.....	188
4. Pós- <i>Daubert</i> .....	193
4.1. O caso <i>Joiner</i> .....	193
4.2. O caso <i>Kumho</i> .....	200
5. E agora?.....	205
5.1. Uma admissão “especial” para a prova pericial?.....	205
5.2. O paternalismo epistêmico.....	209
5.3. O que deveríamos aprender da experiência estadunidense?....	219

## CAPÍTULO 3.

A PROVA PERICIAL DE PARTE. POR UM MODELO EDUCATIVO ....	231
1. O testemunho do perito de parte .....	231
1.1. O perito de parte e as afirmações periciais .....	233
2. A admissibilidade das afirmações periciais .....	241
2.1. A informação técnica .....	243
2.2. O julgador dos fatos .....	249
2.3. O contexto processual .....	255
3. A produção da prova pericial de parte .....	262
3.1. O princípio do contraditório como ferramenta cognoscitiva do juiz e a epistemologia do testemunho .....	267
3.1.1. As máximas de experiência (ou o <i>background</i> ) do juiz .....	275
3.2. A produção em contraditório de uma prova pericial .....	280
3.3. A produção em contraditório de uma prova pericial em relação com outras provas .....	287
4. A valoração da prova pericial de parte e a justificação testemunhal..	291
4.1. A confiabilidade e o testemunho <i>expert</i> .....	294
5. A título de conclusão .....	304

## CAPÍTULO 4.

O PERITO DE CONFIANÇA DOS JUÍZES. POR UM MODELO DEFERENCIALISTA .....	309
1. O perito do juiz e as razões interpessoais .....	309
2. O juiz e o perito a ser selecionado .....	313
2.1. A relação entre eles .....	315
2.2. O perito como bom informante .....	322
2.3. A prerrogativa epistêmica do juiz .....	327
3. A designação do perito de confiança .....	330
3.1. A confiabilidade do <i>expert</i> .....	336
3.1.1. A autoridade teórica ou epistêmica .....	341
3.1.2. O interesse encapsulado .....	351
3.2. Alguns sistemas de designação judicial de peritos .....	356
3.3. Alguns problemas na seleção do perito confiável .....	362
4. A produção probatória do perito de confiança do juiz .....	366

4.1.	O princípio do contraditório como garantia de defesa.....	369
4.2.	A (possível) acareação entre peritos.....	374
5.	A valoração do testemunho pericial confiável.....	377
5.1.	Os <i>standards</i> de prova jurídicos e os <i>standards</i> de prova das áreas de conhecimento.....	381
6.	A título de conclusão.....	386

## CAPÍTULO 5.

	ALGUMAS CONCLUSÕES PRÁTICAS.....	393
1.	Dirigidas à cultura jurídica em geral.....	393
1.1.	Nenhum indivíduo tem as capacidades suficientes para conhecer por si só o que em muitos indivíduos agora sabemos..	393
1.2.	Não há um método científico que permita distinguir as ciências de qualquer outra atividade, que seja aplicado por todas as ciências e somente por essas e que, de alguma maneira, assegure a qualidade dos resultados.....	394
1.3.	A imparcialidade é uma questão que vai muito além da relação do perito com a parte que o contrata.....	396
1.4.	Seria útil ter maior informação sobre o histórico de <i>experts</i> em sede jurisdicional.....	397
1.5.	É necessário dispor de informação empírica sobre como estão funcionando nossos tribunais; entre outras coisas, que tipo de perícias são levadas a cabo, em quais processos são determinantes, quais são suas deficiências etc.....	398
2.	Dirigidas ao legislador, <i>de lege ferenda</i> .....	399
2.1.	Sobre a admissão das provas periciais.....	399
2.2.	Sobre a produção das provas periciais.....	402
2.3.	Sobre a valoração das provas periciais e sobre a tomada de decisão.....	403
3.	Dirigidas aos juízes e tribunais.....	404
3.1.	Na admissão de uma prova pericial.....	404
3.2.	Na produção de uma prova pericial.....	404
3.3.	Na valoração da prova pericial.....	406
4.	Dirigidas aos <i>experts</i> e às comunidades <i>experts</i> que participam dos processos judiciais.....	407
4.1.	Uma maior participação substancial como comunidade, para além da participação individual de cada perito particular,	

	permitiria um controle intersubjetivo das atuações dos <i>experts</i> na arena judicial.....	407
4.2.	Duas questões relacionadas à linguagem dos <i>experts</i> .....	407
4.3.	A geração de informação empírica.....	408
4.4.	A identificação de acordos e desacordos.....	408
5.	Para continuar trabalhando.....	409
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	411